

1

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG - FORTALEZA/CE – 10/11/2011**
2 **ATA 17/2011**

2

3

4

5 Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às nove horas, no Salão
6Capitólio do Hotel Gran Marquise, localizado na Avenida Beira Mar, 3.980, Praia do
7Mucuripe, Fortaleza/CE, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-
8Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, estiveram presentes os
9Excelentíssimos Senhores Doutores: Sammy Barbosa Lopes, Procurador-Geral de Justiça
10do Acre, Eduardo Tavares Mendes, Procurador-Geral de Justiça de Alagoas, Ivana Lúcia
11Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; Francisco das Chagas Santiago da
12Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Maria do Perpétuo Socorro França Pinto,
13Procuradora-Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-
14Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Sérgio Dário Machado, Procurador de
15Justiça, representando Fernando Zardini Antônio, Procurador-Geral de Justiça do Espírito
16Santo; Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Justiça de Goiás; Maria de Fátima
17Rodrigues Travassos Cordeiro, Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão; Marcelo Ferra
18de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Antônio Eduardo Barleta de
19Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Pará; Nelson Antônio Carvalho Lemos,
20Subprocurador Geral de Justiça, representando Oswaldo Trigueiro do Valle Filho,
21Procurador-Geral de Justiça da Paraíba; Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador-
22Geral de Justiça do Paraná; Lais Coelho Teixeira Cavalcanti, Subprocuradora Geral de
23Justiça para Assuntos Administrativos, representando Aguinaldo Fenelon de Barros,
24Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de
25Justiça do Piauí; Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro,
26Presidente do CNPG; Mildred Medeiros de Lucena, Procuradora-Geral Adjunta,
27representando Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande
28do Norte; Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul;
29Héverton Alves de Aguiar, Procurador-Geral de Justiça de Rondônia; Fábio Bastos Stica,
30Procurador-Geral de Justiça de Roraima; Fernando Grella Vieira, Procurador-Geral de
31Justiça de São Paulo; Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de Justiça de Sergipe;
32Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça de Tocantins; José Garcia de
33Freitas Junior, Vice-Procurador-Geral de Justiça, representando Cláudia Márcia Ramalho
34Moreira Luz, Procuradora-Geral da Justiça Militar. O Senhor Presidente, Doutor Cláudio
35Soares Lopes, iniciou a sessão, cumprimentando a Procuradora-Geral de Justiça anfitriã,
36pela recepção calorosa proporcionada a todos os participantes da Reunião. Na
37oportunidade, O Presidente saudou o Senador Inácio Arruda, destacando a importância
38da articulação e aproximação com os integrantes do Poder Legislativo, e registrou a
39presença do Ministro Hamilton Carvalhido. O Presidente também saudou os integrantes
40do Conselho Nacional do Ministério Público, especificamente os Doutores Jarbas Soares,
41Cláudia Chagas e Luiz Moreira e cumprimentou o Presidente da CONAMP, Doutor César
42Bechara Mattar e o Presidente da Associação Cearense, Doutor Francisco Rinaldo. Doutor
43Cláudio saudou ainda os colegas Procuradores-Gerais, aos representantes dos Estados e,

1

1 ainda, a todo o corpo da assistência à realização do evento. O Presidente, após momento
2 de oração conduzido pela Procuradora-Geral do Ceará, Doutora Socorro França, passou a
3 palavra ao Senador Inácio Arruda, salientando que o Ministério Público, especialmente
4 através do CNPG, tem tido a oportunidade de trazer um diálogo com parlamentares.
5 Ressaltou a importância desse diálogo com o Congresso Nacional, com vistas a discutir
6 aspectos e questões relevantes, de interesse do Ministério Público e, principalmente, da
7 sociedade. Esclareceu ainda que essa aproximação com o Parlamento tem ocorrido
8 também por intermédio de visitas ao Congresso, para assuntos de interesse do MP e da
9 sociedade. O Senador cumprimentou o Presidente e a Procuradora-Geral anfitriã, e
10 agradeceu o convite para um evento. O parlamentar também cumprimentou os
11 integrantes da mesa e destacou que, desde muito jovem, quando integrante de
12 movimento social em um bairro da periferia de Fortaleza vem buscando o amparo do MP
13 para muitas questões cruciais do movimento social. Salientou que o Ministério Público,
14 acionado ou diretamente, também exerceu papel fundamental de defesa do interesse
15 público, quando do momento de diminuição do tamanho do Estado. Especificamente, no
16 estado do Ceará, destacou a atuação do Ministério Público enquanto defensor da
17 população na questão das prestações do Banco Nacional da Habitação (BNH). Após essas
18 considerações, o Senador apontou que o Brasil passou por muitas mudanças,
19 atravessando um período de consolidação democrática, dentre as quais destacou
20 mudanças de cunho social, a exemplo do aumento do salário mínimo, retirando milhões
21 de pessoas da miséria, e da ampliação dos ensinos técnico e superior. Ressaltou também
22 a importância da descoberta do pré-sal, chamando a atenção para a necessidade de
23 defesa dessa região (“Amazônia azul”), e alertando para o fato de o Brasil ainda não ter
24 lançado nenhum satélite em órbita. Ressaltou ainda que o poder bélico atômico
25 encontra-se restrito às nações do Norte, e que é fundamental pensar em uma maneira
26 de defender toda essa riqueza descoberta, por ser de propriedade dos brasileiros. Fez
27 menção ao Fundo Social, que terá um incremento considerável com as rendas do pré-sal.
28 O Senador destacou que, não obstante ter havido diversos avanços, nos campos da
29 democracia e da economia, existe um “setor da vida” que ainda não se conseguiu
30 democratizar. Referiu-se o parlamentar à concentração brutal dos instrumentos de
31 comunicação em massa para o povo, algo característico do Brasil, ao contrário do que
32 ocorre em outras nações ocidentais. Nas palavras do Senador, há um controle absoluto
33 por determinado grupo, o que compromete o debate verdadeiro das questões realmente
34 importantes para o País. Ao retomar a palavra, o Presidente do CNPG agradeceu a
35 intervenção do Senador Inácio Arruda, ressaltando a importância dos temas suscitados.
36 Doutor Cláudio Soares destacou, neste pormenor, que não obstante alguns pontos
37 negativos presentes na revogada Lei de Imprensa, com a saída dessa legislação do
38 cenário normativo, ficou uma lacuna. Em seguida, o Presidente franqueou a
39 oportunidade para as manifestações do Colegiado. A Subprocuradora-Geral de Justiça
40 para Assuntos Administrativos do Estado de Pernambuco, Doutora Lais Teixeira, saudou
41 todos os presentes, e salientou a pertinência do tema suscitado pelo parlamentar.
42 Destacou que as mídias sociais têm aliviado um pouco essa opressão dos grupos
43 econômicos que controlam a imprensa. Ao fim, demonstrou o anseio de se fazer um

1

1 grande pacto para a concretização de uma imprensa efetivamente livre no País. Em
2 seguida, o Procurador-Geral do Estado do Paraná, Doutor Olympio de Sá Sotto Maior
3 Neto, saudou os presentes e opinou no sentido de que a reunião começou muito bem,
4 com a participação do Senador Inácio Arruda. O Presidente anunciou a presença do
5 Conselheiro Luiz Moreira, o qual saudou o Presidente e a Procuradora-Geral anfitriã,
6 Doutora Socorro França. Em sua intervenção, o Conselheiro teceu comentários sobre a
7 lamentável criminalização da política. Após, o Procurador-Geral do Estado de Goiás,
8 Doutor Benedito Torres Neto, parabenizou a fala do Senador e externou sua opinião de
9 ser incabível a proibição de membro do Ministério Público ocupar cargo político,
10 mormente em um contexto democrático. O Procurador-Geral do Estado do Rio Grande
11 do Sul, Doutor Eduardo Veiga, também cumprimentou o Senador Inácio Arruda. A
12 Procuradora-Geral do Estado do Ceará externou o seu contentamento e orgulho pela
13 presença do Senador Inácio Arruda, como representante do estado cearense no Senado.
14 Doutora Socorro destacou a luta do parlamentar, há muito tempo, para trazer igualdade
15 às pessoas moradoras de bairros e favelas. A Procuradora-Geral também fez elogios à
16 atuação da operação coordenada pelo Procurador-Geral do Estado da Paraíba, Doutor
17 Oswaldo Trigueiro do Valle Filho. O Senador proferiu suas últimas considerações,
18 reforçando a gravidade do problema do poder da imprensa. Defendeu a necessidade de
19 articulação com diversas instâncias, com vistas a mudar este panorama de concentração
20 do poder na imprensa. Em seguida, o Presidente anunciou uma homenagem à Doutora
21 Socorro França, exibida em um vídeo apresentado na ocasião. Após a exibição do vídeo, a
22 homenageada externou seus agradecimentos a todos. Depois de um intervalo para o
23 almoço, o Presidente, Doutor Cláudio Lopes, anunciou sobre a atualização do site do
24 CNPNG e a postagem de algumas notícias, informando ademais sobre o novo lay-out do
25 sítio, conforme aprovação em reunião prévia, e concedeu a palavra ao Ministro Hamilton
26 Carvalhido. O Ministro dirigiu seus agradecimentos ao Presidente e à Procuradora-Geral
27 anfitriã e, em sua intervenção, fez um retrospecto da história do Conselho, nominando
28 diversos ex-presidentes e destacando várias iniciativas que frutificaram, a exemplo das
29 Cartas da Saúde e do Meio Ambiente. O Ministro ressaltou que sempre fez questão de
30 destacar o fato de haver sido Presidente do CNPNG, algo que o fez sentir-se bastante
31 honrado e o fez respeitado pelos seus pares, durante os 12 anos em que esteve no
32 Superior Tribunal de Justiça. O Ministro ressaltou que os Ministros do STJ se ressentem
33 bastante da falta de contrato entre aquela Corte e o Ministério Público. Doutor Cláudio
34 agradeceu as palavras do Ministro, e ressaltou que têm sido envidados esforços para que
35 essa aproximação seja alcançada. Doutora Socorro França, Procuradora-Geral do Ceará,
36 cumprimentou o Ministro Carvalhido, ressaltando as qualidades do Ministro, inclusive
37 quando dos seu mandato enquanto Presidente do CNPNG. Em seguida, o Conselheiro do
38 CNMP Jarbas Soares registrou que essa preocupação quanto ao contato do Ministério
39 Público, principalmente enquanto autor nos processos que chegam à Corte Superior. O
40 Presidente agradeceu as intervenções, e concordou com os comentários apresentados.
41 Em seguida, abriu-se a mesa de diálogos com o CNMP. A Conselheira Cláudia Chagas
42 agradeceu pelo convite, dizendo-se sentir honrada com a consideração. Externou a
43 intenção de manter o diálogo com este Órgão. Dirigiu-se à Doutora Socorro França,

1

1afirmando ser ela um exemplo para as mulheres brasileiras. Enfatizou a importância da
2parceria entre todos estes Órgãos, CNPNG, CONAMP e CNMP, inclusive para a viabilidade
3do Plano Estratégico Nacional. Após, foi concedida a palavra ao Conselheiro Luiz Moreira,
4o qual, depois de saudar os presentes, fez especiais cumprimentos ao Presidente do
5CNPNG, à Doutora Socorro França, ao Presidente da CONAMP, aos demais Conselheiros do
6CNMP e à Secretária Executiva. Fez menção a uma perplexidade de sua parte, relativa a
7uma espécie de deformação na representação institucional do Ministério Público
8brasileiro, e que consiste no fato de 15 mil membros do MP não terem acesso ao STJ e ao
9STF. A partir desse dado, o Conselheiro aponta a necessidade de reestruturação,
10propondo a criação da figura do Procurador Geral Nacional, em substituição ao
11Procurador Geral da República, isso porque, alegou o Doutor Luiz Moreira, não é
12aceitável que as ações comecem nos estados, e não tenham a contrapartida de
13possibilidade postulatória junto aos Tribunais Superiores. Junto ao STJ, funcionaria a
14figura do Subprocurador Geral Nacional. O Conselheiro ainda argumentou que o
15Procurador Geral da República é inaugurado em um cargo administrativo da cúpula
16administrativa do Ministério Público, enquanto que os PGJs dos Ministérios Públicos
17estaduais já teriam a experiência administrativa e poderiam, dessarte, assumir esse cargo
18de cúpula. Destacou o Doutor Luiz Moreira ser um contrassenso a possibilidade de um
19membro dos Ministérios Públicos estaduais poderem chegar a Ministros do STJ, mas sem
20poderem nem ao menos fazer uma sustentação oral nesse mesmo Tribunal. Ressaltou
21ainda alguns problemas ligados ao contraste de tratamento entre o Ministério Público
22Federal e o Estadual. Concluiu a sua intervenção, defendendo a premência pela busca da
23paridade entre os mais variados ramos do MP. Em continuação, concedeu-se a palavra ao
24Conselheiro Jarbas Soares, o qual saudou a todos os presentes e destacou que a atual
25composição do CNMP apresenta um maior equilíbrio, com mais abertura ao diálogo e
26com uma visão de igualdade entre todos. Concedida a palavra ao Colegiado. O
27Procurador-Geral de Goiás, Doutor Benedito Torres, fez um pedido para que todos os
28PGJs do Brasil, deem apoio à recondução do Conselheiro Luiz Moreira, o qual tem sido
29um defensor dos Ministérios Públicos dos Estados. Após, o Procurador-Geral do Acre,
30Doutor Sammy Lopes, iniciou sua fala, saudando o Presidente do CNPNG e felicitando-o
31pela posse na Presidência do CNPNG. Ademais, esclareceu que a ideia desenvolvida pelo
32Conselheiro Luiz Moreira, teve como base uma observação do Ministro Herman
33Benjamim, segundo o qual o STJ se enxerga como um tribunal nacional, e não federal. A
34par disso, tem-se que essa realidade não se reflete na representação do Ministério
35Público, o que redundava em uma sub-representação. O Procurador-Geral do Paraná,
36Doutor Olympio sugeriu que fosse aprofundada a ideia de aumentar a representatividade
37no CNMP, e ainda rever a forma de escolha do Presidente do Conselho, deixando de ser
38automática a indicação do Procurador Geral da República para o cargo. O Presidente do
39CNPNG agradeceu a participação dos Conselheiros do CNMP. Em seguida, prestou-se uma
40homenagem a Doutora Sônia Radin, ex-Secretária Executiva, por toda a sua história no
41exercício da Secretaria Executiva do CNPNG. Após, foi concedida a palavra ao Presidente
42da CONAMP, Doutor Cesar Mattar, o qual cumprimentou a todos os presentes e fez uma
43saudação especial a Doutora Socorro França. Também fez alusão ao evento da CONAMP

1

1a ocorrer na cidade de Belém/PA. Doutor Cesar comentou acerca da proposta feita pelo
2Conselheiro Luiz Moreira, dizendo ser ousada, mas muito interessante. Também
3comentou acerca de ação sobre a Defensoria Pública, e esclareceu que isso está no
4contexto coordenada de valorização da instituição, portanto seria uma atuação conjunta
5e não localizada da Defensoria. Outrossim, mencionou uma certa distância entre o
6Ministério Público e o Parlamento. Mencionou o exemplo da aprovação do Projeto das
7Custas e Depósitos Judiciais, cujo sucesso nas negociações favoráveis ao MP deveu-se,
8indubitavelmente à presença e articulação em torno da Defensoria. O Presidente, Doutor
9Cláudio Lopes agradeceu a presença do Doutor Cesar. O Procurador-Geral do Tocantins,
10Doutor Clenan Renaut relatou que, no âmbito do seu estado, encontra-se pendente de
11julgamento pedido de liminar para derrubar isonomia outrora deferida entre o subsídio
12de Ministro do STF e a Defensoria Pública. Segundo o Procurador-Geral, os rumos dessa
13decisão deverão ter impactos de ordem nacional. Doutor Cláudio Lopes informou, acerca
14do projeto dos depósitos judiciais, que esteve em audiência com o Deputado Vieira da
15Costa, com vários outros PGJs e o Presidente da CONAMP. Ressaltou a importância de a
16Defensoria estar do lado do MP neste caso específico. Doutor Cláudio esclareceu ainda
17que providenciou o envio de ofício, convocando os Procuradores-Gerais a convencerem
18líderes e vice-líderes de seus estados a não aderirem ao recurso ao plenário do projeto.
19Neste pormenor, o Procurador-Geral do Rio Grande do Sul, Doutor Eduardo Veiga,
20relatou que a luta foi bastante considerável, principalmente com resistência de
21Judiciários estaduais. O Doutor Veiga alertou para o perigo de chegada do projeto ao
22plenário, sendo mais fácil impedir que isso chegue ao plenário do que retirar de lá,
23conforme audiência com o Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados.
24Em seguida, foi convidado, pelo Doutor Cláudio Lopes, o Senhor Charles Saba,
25Comandante da US Police Instructor Teams, com cursos ministrados em diversos órgãos
26governamentais, dentre os quais o Judiciário e o MP do Rio de Janeiro. O Presidente do
27CNPG relatou que os membros do MP/RJ que participaram do curso ficaram bastante
28satisfeitos e que já há sondagem para uma nova modalidade de curso, relativo a métodos
29de investigação. Doutor Cláudio ressaltou a pertinência do curso para um melhor
30exercício do controle externo da atividade policial e do domínio de técnicas de
31investigação de crimes de homicídio, dentre outras vantagens. O Senhor Charles Saba
32iniciou sua apresentação “Endurecendo o Alvo”, esclarecendo que é importante estar
33consciente do foco da missão de cada PGJ, na condição de líderes. Ressaltou a
34importância de tomar cautelas para se “camuflar”, tornar-se menos visado. Destacou que
35os promotores de Justiça devem ser enxergados, como o são, líderes de segurança
36pública. Os Procuradores-Gerais, por seu turno, são líderes visados pela sociedade, como
37alvos e como referenciais. Salientou que o policial não deveria ter medo do Promotor, e
38sim estar trabalhando do mesmo lado. Após apresentar algumas ideias, casos concretos
39nos Estados Unidos, apontando oportunidades de mudança no comportamento dos
40membros do MP aqui no Brasil, e de explicar em que consistiria o curso, apresentou
41convite para os interessados em cursarem o treinamento em Orlando. A Procuradora-
42Geral do Amapá, Doutora Ivana Franco Cei, perguntou sobre as fases do curso. O Senhor
43Charles Saba respondeu ter o curso uma duração de 05 (cinco) dias. Haverá palestras, e



1

1 visitas a tribunais, presídios e diversas outras atividades físicas e mentais, além de
2 direção defensiva, treinamento de tiro. Após diversas perguntas e ponderações feitas
3 pelo Colegiado, momento em que Presidente ficou de enviar material atinente aos
4 acertos para realização do curso. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CNPG
5 declarou encerrada a sessão, sendo por mim, Maria Helena Nunes Lyra, Secretária
6 Executiva, lavrada a presente ata.

7

8

9

10

Claudio Soares Lopes

11

Presidente do CNPG

12

13

14

15

Maria Helena Nunes Lyra
Secretária Executiva do CNPG

16